- L -

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A GESTÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA PARAÍBA

Ana Cláudia Cavalcanti de Araújo
(ANPAE/UFPB/BRASIL)
anaccaraujo@hotmail.com

Luiz de Sousa Junior
(ANPAE/UFPB/BRASIL)
luizsjunior@gmail.com

Este artigo pretende discutir o atual processo de transição da gestão pública das escolas básicas do estado da Paraíba para as Organizações Sociais (OS). Trata-se de pesquisa, em andamento, de nível doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba que visa investigar a transferência das escolas públicas estaduais para OSs e avaliar os impactos de tal medida nos resultados educacionais. Nessa etapa da investigação, são apresentadas as bases conceituais que norteiam tais mudanças na gestão escolar pública.

A configuração vigente do sistema educacional é reflexo das mudanças ocorridas a partir da década de 1990 no Brasil, no qual o cenário político e econômico sofreu profundas transformações e a relação público-privado alcançou uma nova configuração no debate nacional, destacando-se nesse panorama um novo formato na configuração da execução das políticas sociais através das Parcerias Público Privadas na Educação – PPPE.

Essas mudanças acompanharam tanto as transformações do capitalismo internacional, produzidas pelo cenário de mundialização financeira e a própria crise do capital que, para sua superação, gerou um movimento de uma nova ordem econômica mundial, denominada de neoliberalismo, tendo por base a privatização, a desregulamentação dos mercados, redução do papel do estado e concentração de riqueza, quanto às mudanças internas com o processo de redemocratização da sociedade brasileira marcada pelo fim de uma ditadura política e elaboração de uma nova Constituição Federal e de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nessa conjuntura, foi implementada no Brasil, a chamada Reforma de Estado, tendo como executor o então ministro Bresser Pereira, que adotou os mecanismos propostos pelas orientações políticas do neoliberalismo e da Terceira Via, consideradas estratégias para a superação da crise do capital, e que apontavam como causa principal dessa crise a ineficácia do Estado do bem-estar social (PERONI, 2012).

Os teóricos do neoliberalismo entendem que o problema não era o capitalismo, e sim o Estado que apresentava um *déficit* fiscal, resultado da política expansiva do bem-estar social. E para superação dessa crise defendem um Estado mínimo, privatizando e baseado no parâmetro de eficiência e qualidade do mercado para a gestão pública. Para Harvey (2008, p.76) “[...] a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos”.

Assim, a via para a superação da crise concentra-se no mercado, tendo como estratégias a transferência da responsabilidade pela execução e pelo financiamento das políticas sociais e mudanças na gestão das instituições que seriam mantidas no âmbito do Estado, obrigadas a seguir a lógica mercantil, através de um choque de mercado no interior do Estado, conhecido como quase-mercado.

Essas mudanças estão ancoradas no chamado novo trabalhismo inglês, de Tony Blair, que teve como principal teórico Anthony Giddens, sendo definido como

[...] uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto ao Neoliberalismo. (GIDDENS, 2001, p.36)

A Terceira Via também concorda com o diagnóstico elaborado pelos teóricos neoliberais de que é o Estado o culpado pela crise, e a estratégia proposta seria “[...] o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade (GIDDENS, 2001, p. 95).

Nesse sentido, a reforma implementada no Brasil deveria promover a descentralização e a delegação de autoridade do Estado para instituições da sociedade civil, e como consequência o papel do Estado foi redefinido, deixando de ser um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social, ou seja, um Estado executor, para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento. E para isso teria suas funções delimitadas a partir de três áreas de atuação: as atividades exclusivas de Estado; os serviços sociais e científicos do Estado; e, a produção de bens e serviços para o mercado (BRESSER PEREIRA, 1998).

As atividades exclusivas permaneceram dentro do Estado, e as atividades que puderam ser repassadas para o mercado foram privatizadas. Restaram as atividades consideradas não-exclusivas, como a saúde, educação, assistência social, previdência social, proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, dentre outras, que constituem responsabilidades em que configura como não monopolísticas do Estado, podendo ter a sua execução transferida para o setor público não-estatal.

Assim, com a nova configuração da execução das políticas educacionais, surgiram novos parceiros para sua oferta e manutenção, destacando-se o terceiro setor caracterizado como público-não estatal e que necessitaria da existência do Estado e do mercado (FERNANDES, 1994).

A partir desse momento, aconteceu a transferência da responsabilidade da oferta das políticas sociais, e especificamente das políticas educacionais, da esfera estatal para os setores privados. “Esta transferência é chamada, ideologicamente, de ‘parceria’ entre o Estado e a sociedade civil, com o Estado supostamente contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil” (MONTAÑO, 2002, p.19)

Quando essa parceria é realizada através de um contrato de gestão entre o poder público e a entidade qualificada para exercer um serviço temos a Organização Social (OS) entendida como

[...] pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos voltadas para atividades de relevante valor social, que independem de concessões ou permissão do poder público, criadas por iniciativa de particulares segundo modelo previsto na lei, reconhecidas, fiscalizadas e fomentadas pelo Estado (MODESTO, 2001, p. 17)

Os contratos de gestão constituem uma maneira do Estado transferir suas responsabilidades, através das OSs, repassando recursos para que estas passem a gerir a coisa pública.

No Estado da Paraíba, pequeno estado da região Nordeste do Brasil, o governo estadual lançou edital, em 2017, para terceirização de todas as escolas públicas estaduais a pretexto de “regularizar” os prestadores de serviço da rede estadual de ensino, ficando de fora neste primeiro momento a categoria docente. Na prática, as escolas estaduais passarão a ser administradas por essas instituições privadas, as quais terão que responder não apenas por metas administrativas, mas também por metas de desempenho (rendimento) escolar. E terão parte de seus recebimentos atrelados ao cumprimento das metas esboçadas no plano de trabalho. Logo, as OSs irão determinar o “ritmo” da produção escolar, para usar uma linguagem de mercado. No longo prazo, pretende-se mostrar que a gestão privada é mais eficiente do que a gestão pública não só por trabalhar com metas de desempenho, sobretudo porque o controle sobre os trabalhadores é mais eficaz. Daí a necessidade de passar para o regime privado os trabalhadores e trabalhadoras das atividades-meio das escolas, ao invés de realizar concurso público. Na Paraíba, o contrato de gestão está sendo proposto com base na Lei 9.454, de 06 de outubro de 2011.

Nessa perspectiva, é importante acompanhar e avaliar os impactos da gestão das OSs na educação básica estadual de forma mais ampla e sistemática através de um estudo mais detalhado, tanto na gestão financeira quanto na gestão pedagógica dessas escolas.

Referências

BRESSER PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MODESTO, P. Reforma administrativa e Marco Legal das Organizações Sociais no Brasil: as dúvidas dos juristas sobre o modelo das Organizações Sociais. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, v. 1, n. 9, dez. 2001.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal*. São Paulo: Cortez, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Pro-posições*, Campinas, v.23, n. 2(68), p. 19-31, maio/ago. 2012.